ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 5/2001

de 2 de Maio

Considera o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação pelos educadores de infância habilitados com cursos de formação a educadores de infância para efeitos da carreira docente.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

É equiparado a serviço efectivo em funções docentes, para efeitos de progressão na carreira, o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação pelos educadores de infância habilitados com os cursos de promoção a educadores de infância a que se refere o despacho n.º 52/80, de 12 de Junho, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 2.º

A contagem do tempo de serviço a que se refere o artigo anterior determina a mudança para o escalão correspondente.

Artigo 3.º

A presente lei entra em vigor com a aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2002.

Aprovada em 22 de Março de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 11 de Abril de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 19 de Abril de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Resolução da Assembleia da República n.º 34/2001

Recomendar ao Governo medidas concretas para resolver o problema da radioactividade nos resíduos e nas minas de urânio abandonadas nos distritos de Coimbra, da Guarda e de Viseu, nomeadamente adoptando soluções concretas no perímetro das minas da Urgeiriça.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Delimite cada uma das minas de urânio abandonadas do complexo da Empresa Nacional de Urânio — ENU, nos distritos de Coimbra, da Guarda e de Viseu e proceda à sua identificação, sinalização e vedação.

2 — Em função do estudo caracterizador feito pelo Instituto Geológico e Mineiro (IGM), defina um perímetro de protecção dentro do qual seja proibido o pastoreio e o cultivo de produtos destinados à alimentação.

3 — Proceda à monitorização da qualidade das águas subterrâneas na zona envolvente à exploração mineira, bem como dos solos das áreas mais contaminadas, e dela dê conhecimento, para agirem em conformidade, às autarquias, à Direcção Regional do Ambiente, à Direcção Regional de Saúde e ao Instituto Tecnológico e Nuclear.

4 — Tome medidas para um correcto acondicionamento e armazenamento de todo o minério de urânio e produtos derivados.

5 — Adopte medidas no âmbito do ordenamento do território, em todos os concelhos abrangidos, com vista a prevenir ocupações humanas em zonas de radiações.

6 — Submeta as comunidades locais nos três distritos a vigilância epidemiológica activa para garantir uma minimização de riscos, tendo em conta a radioactividade e a poluição química.

7 — Garanta o melhor aproveitamento do *know-how* e do equipamento especializado existente na Empresa Nacional de Urânio.

8 — Contribua para assegurar uma correcta situação social dos actuais trabalhadores da ENU, que deverão ser apoiados social e profissionalmente, em qualquer quadro futuro.

Aprovada em 29 de Março de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 146/2001

de 2 de Maio

Atendendo às crescentes exigências e responsabilidades que se colocam a Portugal no domínio das relações internacionais, nomeadamente a nível comunitário, e tendo presente o vasto e múltiplo campo de acção, a par da crescente visibilidade política, das competências que se encontram cometidas à Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas (REPER), revela-se necessário proceder à alteração do quadro do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, criando-se a categoria de conselheiro especial para os assuntos relativos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e aditando-se um lugar na categoria de conselheiro técnico principal.

Com efeito, e para além da crescente relevância política que as questões relativas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira têm vindo a assumir no contexto das políticas comunitárias e da necessidade de continuar a apoiar as medidas específicas a estas destinadas, importa dotar a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia de uma estrutura que permita proceder a um reforço da articulação entre a sua acção e aquelas Regiões Autónomas, procedendo-se à designação de pessoal com as competências adequadas, no âmbito do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por outro lado, a decisão do Conselho da União Europeia de 14 de Dezembro de 2000 instituiu uma unidade provisória de cooperação judiciária, no âmbito dos artigos 29.º e 31.º do Tratado da União Europeia, visando uma cooperação mais estreita entre as autoridades

nacionais competentes em matéria de luta contra a criminalidade organizada, designadamente em relação às investigações e aos processos relacionados com a criminalidade grave, em especial quando organizada, que impliquem dois ou mais Estados membros, estimulando e aperfeiçoando a coordenação das investigações e dos processos entre os Estados membros, tendo em conta solicitações provenientes de uma autoridade nacional competente ou órgão competente de acordo com as disposições constantes dos Tratados.

Colocando a sua competência ao serviço dos Estados membros e do Conselho, a unidade provisória assume-se como geradora de experiência que servirá de base à elaboração do acto de criação da unidade EUROJUST, que deverá ser aprovado pelo Conselho antes do final de 2001, nos termos das conclusões do Conselho Europeu de Tampere de 15 e 16 de Outubro de 1999.

Ora, nos termos do artigo 3.º da referida decisão, cada Estado membro deverá afectar à unidade provisória de cooperação judiciária um agente competente para exercer as funções de ligação necessárias ao cumprimento dos objectivos enunciados, assim como contribuir para a coordenação e simplificação da cooperação judiciária entre autoridades nacionais competentes.

Tendo em conta o funcionamento das instituições da União Europeia, o agente a afectar à unidade provisória pelo Estado Português deverá, no âmbito de uma lógica funcional e política, encontrar-se colocado na REPER.

Atento o facto de as disponibilidades em matéria de recursos humanos daquela representação permanente não possibilitarem a concretização daquela afectação, torna-se necessário criar um lugar de conselheiro técnico principal, procedendo para tal à alteração do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De salientar que o lugar a criar se extinguirá na data de extinção da unidade provisória de cooperação judiciária, o que, nos termos da referida decisão do Conselho, deverá suceder antes do final de 2001.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio

1 — Os artigos 2.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, com a redacção que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 142/87, de 23 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 146/89, de 6 de Maio, respectivamente, passam a ter a redacção seguinte:

«Artigo 2.º

São criadas as categorias de conselheiro para os assuntos de agricultura, pescas e alimentação da Embaixada de Portugal em Roma, de conselheiro e adido para a cooperação, de adido social, de adido para os assuntos do ensino de português no estrangeiro e de conselheiro regional da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia.

Artigo 8.º

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q) Conselheiro regional da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — licenciados com curso universitário, com o adequado currículo, designadamente no âmbito do processo de integração europeia, e experiência profissional não inferior a nove anos, mediante proposta do órgão competente do respectivo governo regional.»

2 — É aditado ao Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 142/87, de 23 de Março, 146/89, de 6 de Maio, 6/97, de 9 de Janeiro, e 30/99, de 29 de Janeiro, o artigo 8.º-B, com a redacção seguinte:

«Artigo 8.º-B

Compete ao conselheiro regional da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, sob a direcção do representante permanente ou do seu substituto legal:

- a) Acompanhar os assuntos relativos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no âmbito da União Europeia;
- b) Participar nas reuniões, grupos de trabalhos e outras actividades que digam respeito aos assuntos daquelas Regiões Autónomas;
- c) Acompanhar quaisquer assuntos respeitantes àquelas Regiões Autónomas relacionados com a actividade da Representação Permanente;
- d) Promover e apoiar a adopção de medidas específicas da União Europeia relativas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.»

Artigo 2.º

Alteração do anexo ao Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio

1 — Ao quadro do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, com a composição e a redacção que lhe foram dadas pelos Decretos-Leis n.ºs 142/87, de 23 de Março, e 146/89, de 6 de Maio, e pelo n.º 3) do n.º 1.º da Portaria n.º 1098/89, de 23 de Dezembro, é ainda aditado um lugar de conselheiro técnico principal.

2 — O quadro do pessoal previsto no número anterior passa a ter a estrutura constante do mapa 1 anexo ao presente diploma, de que faz parte integrante.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

O disposto no n.º 1 do artigo 2.º do presente diploma produz efeitos reportados a 1 de Março de 2001.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Março de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Jaime José Matos da Gama* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *Alberto de Sousa Martins*.

Promulgado em 20 de Abril de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Abril de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO

Mapa I, a que se refere o artigo 2.º

Número de lugares	Designação
5	Conselheiro jurídico.
4	Conselheiro para a cooperação.
8	Conselheiro social.
5	Conselheiro económico.
18	Conselheiro cultural ou de imprensa.
1	Conselheiro eclesiástico junto da Embaixada no Vaticano.
1	Conselheiro para a agricultura, pescas e alimentação em Roma.
1	Consultor técnico para os assuntos do trabalho e emprego da Missão Permanente de Portugal junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra.
7	Conselheiro militar.
9	Conselheiro ou adido nos organismos internacionais.
(a) (b) 32	Conselheiro técnico principal, conselheiro ou adido técnico na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas.
2	Conselheiro regional da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas.
15	Conselheiro ou adido para o ensino do português no estrangeiro.
6	Adido económico.
8	Adido para a cooperação.
6	Adido social.
14	Adido cultural ou de imprensa.
1	Adido militar em Díli.
1	Adido de segurança em Díli.
1	Intérprete da Embaixada na China.
10	Secretário privativo.

(a) Encontram-se aqui englobados dois lugares, a extinguir quando vagarem, criados pela Portaria n.º 637/99, de 23 de Junho.

(b) 32 funcionários, uma vez efectuado o abatimento na sequência da criação de dois lugares de conselheiro regional na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas.

Aviso n.º 42/2001

Por ordem superior se torna público que, em 14 de Janeiro e em 24 de Novembro de 2000, foram emitidas notas, respectivamente pela Embaixada da República Árabe do Egipto e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, em que se comunica o cumprimento das formalidades exigidas pelo ordenamento jurídico de ambos os Estados para aprovação do Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da

República Árabe do Egipto sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado no Cairo em 28 de Abril de 1999.

O citado Acordo foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 75/2000 em 27 de Abril de 2000, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000.

Em conformidade com o artigo 13.º do Acordo, este entrou em vigor em 23 de Dezembro de 2000.

Direcção-Geral das Relações Bilaterais, 3 de Abril de 2001. — O Director-Geral, *José Caetano de Campos de Andrada da Costa Pereira*.

Aviso n.º 43/2001

Por ordem superior se torna público que, por nota de 10 de Novembro de 2000 e nos termos do artigo 42.º da Convenção sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, concluída na Haia em 18 de Março de 1970, o Secretariado Permanente da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado notificou ter a República Democrática Socialista do Sri Lanka depositado, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, em 31 de Agosto de 2000, o seu instrumento de adesão à mencionada Convenção, tendo produzido as seguintes declarações e reserva:

«i) In terms of article 2, the Secretary/Ministry of Justice and Constitutional Affairs is designated the Central Authority.

ii) For purposes of article 4 of the Convention, the letter of request should be in English language or if in French, accompanied by an English translation.

iii) For purposes of article 8 of the Convention, the prior authorisation of the Competent Authority designated under article 2 would be required.

iv) The Government of Sri Lanka further declares in terms of article 23 of the Convention, that it will not execute Letters of Request issued for the purpose of obtaining pre-trial discovery documents.

v) The Government of Sri Lanka, in terms of article 33, excludes in whole, the application of the provisions of Chapter II of the Convention.»

In accordance with article 39, paragraph 3, the Convention entered into force for the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka on 30 October 2000.

According to article 39, paragraph 4, of the Convention the accession will have effect only as regards relations between the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka and such Contracting States as will have declared their acceptance of accession. Such declaration shall be deposited with the Ministry of Foreign Affairs of the Kingdom of the Netherlands.

Tradução

i) Nos termos do artigo 2.º, é designada como autoridade central a Secretaria/Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais.

ii) Para os efeitos do artigo 4.º da Convenção, as cartas rogatórias deverão ser redigidas na língua inglesa ou se o forem na língua francesa deverão estar acompanhadas de tradução para inglês.

iii) Para os efeitos do artigo 8.º da Convenção será necessário o consentimento prévio da autoridade competente, designada nos termos do artigo 2.º